



EDITAL
PREGÃO Nº 25/2026
MUNICÍPIO DE NAZAREZINHO

O MUNICÍPIO DE NAZAREZINHO, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, E DECRETO MUNICIPAL Nº 01/2025, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da sessão: 16 de junho de 2026

Horário: 08h30 min

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Critério de Julgamento: menor preço.

Modo de disputa: aberto e fechado

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de empresas para aquisição parcelada de material de construção com o objetivo de atender as necessidades de secretarias do Município de Nazarezinho-PB**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço dos itens, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Os itens da presente licitação não são exclusivos para ME e EPP. Todos os benefícios serão observados no tratamento para esse tipo de empresa.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas no valor total: **R\$2.441.890,62 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, oitocentos e noventa reais e sessenta e dois centavos)**, para atender a esta licitação estão programadas em dotação prevista no orçamento, exercício de 2026, na classificação abaixo:

Classificação Funcional: Governo: 04 122 2002 2002; **Administração:** 04 122 2003 2004; **Fazenda e Planejamento:** 04 123 2004 2011; **Educação:** 12 361 1003 2015; 12 361 1003 2016; 12 365 1003 2018; 12 361 1003 2022; 12 365 0060 2107; 12 366 0050 2108; 12 367 1006 2119; **Juventude, Esporte e Lazer:** 27 812 0160 2036; **Infraestrutura:** 15 452 1011 2039; 15 452 1011 2040; 17 512 1008 2041; 5 451 1011 2042; 15 451 0130 2044; 15 451 0130 2046; 15 451 0130 2903; **FMS:** 10 301 1002



2025; 10 301 1002 2026; 10 301 1002 2027; 10 301 1002 2033; 10 301 0040 2056; **Desenvolvimento Rural:** 20 606 0002 2072; **Meio Ambiente, Turismo e Cultura:** 23 695 1011 2076; **FMAS:** 08 244 1001 2050; 08 244 1001 2053; 08 244 0030 2090;

Elemento de despesa: 339030 material de consumo.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal indicado, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL UTILIZADO** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para empresas enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, relativo a receita anual, inclusive para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:



4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na



condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1. No tocante a documentação mencionada no item anterior, em observância ao princípio constitucional da eficiência, a documentação de habilitação deverá ser anexada junto da proposta até a data da abertura da sessão e não em momento posterior, adverte-se que todas as certidões deverão estar validas e devem, obrigatoriamente, terem sido emitidas antes da data e horário previstas para a realização do certame. Ressalta-se que, diferente dos órgãos federais, este ente municipal não utiliza o sistema usado no âmbito federal (SICAF), sistema que viabiliza a análise de habilitação independente do envio de documentos pelos concorrentes, visto que o cadastro das empresas participantes é obrigatório e prévio a qualquer certame a nível federal.

5.1.2. Relativo ao sigilo dos participantes, o envio dos documentos pelos licitantes em momento inicial, junto da proposta, não violará a confidencialidade dos participantes antes do momento oportuno, visto que, os sistemas utilizados para a realização de processos eletrônicos, não permitem a visualização de nenhum arquivo inserido pelo licitante, fato que só ocorre após a classificação dos vencedores, o que se dá após a fase de lances.

5.1.3. Caso a empresa prefira enviar sua documentação posterior a fase de lance, quando a mesma for declarada vencedora, terá um prazo de 2 (duas) horas de forma imediata. O envio a que se refere este item quanto a habilitação independe de convocação do agente de contratação, ele deve ser de forma subsequente no tempo neste item determinado em respeito ao princípio da eficiência.

5.1.3.1. A garantia da proposta apresentada será sempre considerada como valida aquela que corresponder ao valor inicial de sua proposta, ou seja, ao montante da proposta originaria e não ao valor que a empresa possa vir a vencer após a fase de lances. Tal pedido tem por base o



princípio da isonomia, legalidade e interesse público sendo garantido o cumprimento do que a empresa tinha proposto deste início.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado, quando couber;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado, quando couber;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.



6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, e edital, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante, antes do prazo legal.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão enviar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, pelo Sistema.



7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.8. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

7.9. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.10. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável.

7.11. A fase de lances deste pregão se dará no modo de disputa aberto e fechado, em que a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, a cada abertura realizada para tanto.

7.12. Encerrado o prazo previsto no item 7.11, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.13. Encerrado o prazo de que trata o item 7.12, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14. Na ausência de no mínimo três ofertas nas condições de que trata o item 7.13, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.15. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.12 e 7.13 o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.16. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 7.12 e 7.13, poderá haver o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 7.14.

7.17. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 7.16.

7.18. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



7.19. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 7.18, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

7.20. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.21. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.22. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.23. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.24. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.25. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.26. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.27. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.28. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.29. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



7.30. Após a avaliação de empate ficto acima citado, será iniciado a desempate regional, onde as empresas localizadas na região do município licitante, que estiverem até 10% mais caro que a melhor oferta, poderão propor lance de preço que supere a menor valor registrado naquele momento. A região fica determinada nos limites geográficos dos municípios compreendidos na Região geográfica intermediária de Nazarezinho, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme o art. 48, § 3º, da lei 123/2006, e art. 9º, anexo IV, do decreto municipal que regulamenta a lei 14.133/2021.

7.31. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.32. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.33. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.34. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.34.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.34.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, verificado pelo serviço anterior prestado a este município, ou não havendo tal hipótese, avaliado a narrativa dos atestados de capacidade técnica apresentados que demonstrem melhor desempenho;

7.34.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, que deverá já ser apresentado na oportunidade de juntada da proposta;

7.35. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.35.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba, e posterior estabelecida na região deste município, conforme determina regulamento municipal;

7.35.2. empresas brasileiras;

7.35.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



7.35.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.36. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.36.1. *O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo estabelecido em chat, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados*

7.37. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;



8.7 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, ou outro meio possível como e-mail ou protocolo do município, no prazo estabelecido pelo pregoeiro e devidamente comunicado, em chat ou por publicação no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.3 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro dos **dias determinados**, contados da solicitação.

8.7.3.1 O procedimento para avaliação das amostras, será facultado a todos os interessados, sendo solicitado informações de local e data desses procedimentos.

8.7.3.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.7.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

8.7.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.7.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.7.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues poderão ser recolhidas pelos licitantes no prazo determinado na entrega da amostra, a depender da composição física do produto apresentado, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.



8.7.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.8 A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

8.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO.

9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE JUNTADA EFETUADA PELA EMPRESA VENCEDORA QUANDO DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO. SERÁ FACULTADA AO PREGOEIRO, A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO SISTEMA EM EVENTUAL NECESSIDADE.



9.2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A HABILITAÇÃO

9.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.1.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5 Constatada a existência de sanção, como empresa inidônea, impedida de contratar com o município que realiza a licitação, e de sanções acima expostas, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL UTILIZADO**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.3.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL UTILIZADO**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



9.3.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.4 Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo OFERTADO PELO PREGOEIRO, sob pena de inabilitação.

9.6 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.10 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.10.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja verificação da autenticidade poderá ocorrer, no caso de dúvida, no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.10.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores (RG, procuração e outros pertinentes, que caracterizem a pessoa indicada como administrador. No caso



societário em que todos forem administradores, será considerado a juntada de um dos sócios, onde será este considerado como representante da empresa naquela oportunidade;

9.10.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.10.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.10.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.6.1 Deverá ser ainda juntado ata que comprove o nome do presidente, ou representante da entidade, atualizado na época da licitação.

9.10.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.10.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.11 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.11.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.11.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.11.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.11.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.11.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;



9.11.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.11.7 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.11.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.12 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.12.1 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.12.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

GARANTIA DA PROPOSTA

9.12.3 A empresa necessita mostrar sua saúde financeira, o que fundamenta as exigências deste edital.

9.12.3.1 Conforme a legislação vigente a garantia da proposta é extensiva a todas as licitações.

9.12.3.2 A garantia da proposta será inserida junto com os documentos de habilitação, garantindo o sigilo da proposta inicial.

9.12.3.3 As empresas participantes deverão apresentar garantia da proposta, de acordo com art. 58, da lei nº 14.133/2021

9.12.3.4 O valor da garantia da proposta deverá ser de 1% do valor da licitação, equivalente ao(s) item(ns) que a empresa cotou, considerando que os itens cotados compõem a estimativa de vitória e perspectiva de contrato da empresa participante que cotou os referidos itens. Ressalta-se que o mencionado cálculo no percentual de 1%, deverá ser calculado sob o valor do item constante no termo de referência, anexo 01.

9.12.3.5 A garantia da proposta poderá ser realizada das seguintes formas:



I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Caso a empresa opte por depósito bancário, os dados são:

Dados bancários:

Agência 0759-5

Conta-corrente: 20.408-0

Banco do Brasil

9.12.3.6 A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, após requerimento da empresa.

9.12.3.7 **Implicará execução, pelo município, do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.** Conforme o § 3º art. 58 da lei 14.133/2021.

9.12.3.8 A empresa inadimplente quanto a garantia da proposta, por execução não paga, será inscrita na dívida ativa do município. Podendo ser executada judicialmente como o valor ser retido em pagamentos posteriores de qualquer outra contratação.

9.12.3.9. A não apresentação da garantia gera a desclassificação da proponente, com a inabilitação da empresa.

9.12.3.10 A garantia da proposta fica inserida no item de qualificação financeira, por se tratar de questões monetárias, facilitando o acesso à informação dos participantes

9.13 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.13.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.13.2 a) Atestado de capacidade técnica, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove o fornecimento de produtos/serviços em características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação.

9.14 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.



9.15 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15.1 O pregoeiro poderá realizar diligência e verificar pela internet a regularidade da certidão da empresa vencedora, ME/EPP, estando a empresa regular será a mesma declarada vencedora imediatamente, e assim não necessitará aguardar o prazo de 05 dias.

9.16 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1 A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, caso este a exija, a contar da solicitação realizada no sistema eletrônico, e deverá:

10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



10.2 A proposta final, quando requerida, será ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso. Podendo ser substituído no processo pela emissão de resultado final pelo próprio sistema, considerando a ata e os lances finais, salvo casos de lote e outros quando exigidos seu envio.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS.

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2 O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, nos 3 (três) dias úteis seguintes, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:



12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, ou ainda quando houver rescisão contratual. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances, com convocação de remanescentes.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou através do DIÁRIO OFICIAL DO ESATDO DA PARAÍBA, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL UTILIZADO**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1 Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1 Haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 03 dias **úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito, sendo devidamente devolvido ao mesmo e-mail, o contrato assinado ou termo oficial de aceite.



15.2.2. O e-mail utilizado será o endereço eletrônico cadastrado pela empresa no PORTAL UTILIZADO, sendo este informativo de total responsabilidade da empresa participante, não cabendo posterior questionamento ao ente contratante quanto a troca de e-mail de comunicação.

15.2.3. Poderá ainda se realizar convocação do vencedor para assinatura do contrato por meio do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA, sendo lá expresso o prazo de 03 dias úteis para assinatura do termo ou aceite, a contar da data de circulação do DIÁRIO.

15.2.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

15.2.5 As vencedoras, ao assinar os contratos deverão encaminhar as certidões negativas de tributos, requeridas na habilitação, devidamente atualizadas na data do contrato, sob pena de não validar o termo de contrato.

15.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.3. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas com base legal estabelecida.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação quanto as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação,



analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

16.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO.

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

20.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo ofertado para este fim;

20.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

20.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



20.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo estabelecido no comunicado do ato, em dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

20.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial por meio do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA, as sanções administrativas previstas em lei e neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

20.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.



e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

21.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

21.2 A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA NO SISTEMA UTILIZADO.

21.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal Utilizado no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, caso que altere a formulação proposta.

21.2 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.2.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.4 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio do PORTAL UTILIZADO que ocorre o certame, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.5 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular, com firma reconhecida (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1 O DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA será considerado meio oficial de informações, e as participantes devem acompanhar esse meio de comunicação,



evitando alegação futura de desconhecimento de informações. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12 A Prefeitura de Nazareinho, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.



22.12.1 A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

24.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.13 É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.14 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço na sede da prefeitura municipal, sala da licitação, nos dias úteis, no horário das 08 às 11h, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

22.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO;

Nazarezinho-PB, 29 de maio de 2026

Marilda Sarmiento Luis
Diretora Interna



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

1.1. Contratação de empresas para aquisição parcelada de material de construção com o objetivo de atender as necessidades de secretarias do Município de Nazarezinho-PB, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
ITENS EXCLUSIVOS PARA ME E EPP					
1	ABRAÇADEIRA NYLON 2,5X100MM	PACOTE	50,00	14,96	748,00
2	ABRAÇADEIRA NYLON 3,6X200MM	PACOTE	50,00	24,42	1221,00
3	ABRAÇADEIRA NYLON 4,8X200MM	PACOTE	50,00	19,38	969,00
4	ADAPTADOR INTERNO DE 1	UND	60,00	4,23	253,80
5	ADAPTADOR SOLD. CURTO 20MM	UND	100,00	0,53	53,00
6	ADAPTADOR SOLD. CURTO 25MM	UND	100,00	0,81	81,00
7	ADESIVO INSTANTANEO MULTIUSO 20G	UND	50,00	8,66	433,00
8	ADESIVO PLASTICO P/ PVC 75G	UND	50,00	5,92	296,00
9	ADESIVO PLASTICO P/ PVC 175G	UND	100,00	10,49	1049,00
10	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE P/ CONCRETOS E ARGAMASSAS. 3,6 LT	GALÃO	40,00	34,73	1389,20
11	ADITIVO PLASTIFICANTE CONCENTRADO P/ ARGAMASSAS. 1 LT	LITRO	20,00	7,91	158,20
12	ANCINHO DE METAL 12 DENTES SEM CABO	UND	20,00	19,40	388,00
13	ANCINHO DE METAL 12 DENTES COM CABO	UND	10,00	22,95	229,50
14	ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITARIO	UND	50,00	6,60	330,00
15	ARAME FARPADO ROLO 400M	ROLO	30,00	330,67	9920,10
16	ARAME FARPADO ROLO 500M	ROLO	30,00	412,63	12378,90
17	ARAME GALVANIZADO N°16	KG	50,00	20,50	1025,00
18	ARAME GALVANIZADO N°18	KG	50,00	21,10	1055,00
19	ARAME RECOZIDO N°18	KG	30,00	14,43	432,90
20	ARCO DE SERRA AJUSTÁVEL	UND	20,00	27,55	551,00
21	ARMADOR DE REDE BATOM NIQUEL	PAR	40,00	36,83	1473,20
22	ARMADOR DE REDE CHUMBAR	UND	30,00	34,46	1033,80
23	ARMÁRIO AEREO P/BANHEIRO C/ESPELHO	UND	20,00	356,00	7120,00
24	ARRUELA LISA 1/2	KG	5,00	5,05	25,25



25	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADADO	UND	50,00	38,26	1913,00
26	ASSENTO SANITÁRIO SIMPLES	UND	20,00	20,00	400,00
27	BARRA CHATA SERRALHEIRA DE 1/2	BARRA	100,00	101,63	10163,00
28	BARRA CHATA SERRALHEIRA DE 19 MM	BARRA	100,00	49,25	4925,00
29	BALDE P/CONCRETO 12L PRETO	UND	30,00	10,73	321,90
30	BLOCO DE ESPUMA MULTIUSO	UND	20,00	2,17	43,40
31	BLOCOS 8 FUROS 1ª QUALIDADE	MILHEIRO	70,00	855,36	59875,20
32	BOMBA PERIFERICA BP 1000	UND	10,00	388,81	3888,10
33	BOTA BORRACHA PVC IMPERMEÁVEL BRANCA	PAR	100,00	45,42	4542,00
34	BOTA DE SEGURANÇA ELÁSTICO	UND	120,00	94,83	11379,60
35	BRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 25MM	UND	100,00	4,68	468,00
36	BRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 32MM	UND	100,00	8,32	832,00
37	BRITA 19MM	METRO²	80,00	168,69	13495,20
38	BROXA P/PINTURA RETANGULAR	UND	40,00	13,97	558,80
39	BUCHA PLÁSTICA P/FIXAÇÃO 06, 08 MM	UND	600,00	4,85	2910,00
40	BUCHA PLÁSTICA P/FIXAÇÃO 10,12 MM	UND	400,00	5,08	2032,00
41	CABO P/ENXADA	UND	15,00	17,33	259,95
42	CABO P/PICARETA	UND	10,00	21,39	213,90
43	CADEADO EM LATÃO TRADICIONAL 25MM	UND	50,00	14,05	702,50
44	CADEADO EM LATÃO TRADICIONAL 30MM	UND	50,00	13,63	681,50
45	CADEADO EM LATÃO TRADICIONAL 40MM	UND	50,00	21,82	1091,00
46	CADEADO EM LATÃO TRADICIONAL 45MM	UND	50,00	21,33	1066,50
47	CAIBRO DE ANGELIM	METRO	1000,00	6,45	6450,00
48	CAIXA DE DESCARGA 6 A 9 L	UND	40,00	47,04	1881,60
49	CAIXA DÁGUA 1000LT POLIETILENO	UND	10,00	390,33	3903,30
50	CAIXA DÁGUA 2000LT POLIETILENO	UND	5,00	926,33	4631,65
51	CAIXA DÁGUA 3000LT POLIETILENO	UND	10,00	1720,00	17200,00
52	CAIXA DÁGUA 5000LT POLIETILENO	UND	5,00	2099,32	10496,60
53	CANAleta DE CONCRETO COM ENCAIXE PONTA E BOLSA (TAMBÉM CONHECIDAS COMO TUBOS "MEIA CANA"), 200 MM X 1.00 M X 3.5 CM	UND	100,00	45,33	4533,00
54	CANTONEIRA 1 POLEGADA	BARRA	50,00	89,28	4464,00
55	CANTONEIRA 1 X 1. 1/2 POLEGADA	BARRA	70,00	132,63	9284,10
56	CAIXA PLASTICA P/ MASSA DE PEDREIRO 20 LT	UND	20,00	78,11	1562,20



57	CAIXA SIFONADO COMUM 100X50	UND	40,00	9,80	392,00
58	CAIXA SIFONADO CROMADO 100X50	UND	40,00	10,43	417,20
59	CARRINHO DE MÃO BRAÇO METAL EXTRAFORT 70L	UND	20,00	213,97	4279,40
60	CAVADEIRA ARTICULADA C/CABO DE MADEIRA	UND	30,00	56,83	1704,90
61	CHAPA LISA DE ZINCO 60CM	KG	80,00	130,16	10412,80
62	CHAPA LISA DE ZINCO 30CM	KG	60,00	309,63	18577,80
63	CHAPA LISA DE ZINCO 80CM	KG	60,00	550,49	33029,40
64	CHAPA LANBRI 090 MM 1 X 2 M	UND	80,00	120,73	9658,40
65	CHAPA LANBRI BANG 090 MM 1 X 2 M	UND	100,00	199,14	19914,00
66	CHAPA LANBRI BANG 090 MM 1 X 3 M	UND	100,00	100,67	10067,00
67	CHAVE DE FENDA 1/8X4	UND	10,00	9,87	98,70
68	CHAVE DE FENDA 3/16X5	UND	10,00	10,10	101,00
69	CHAVE DE FENDA PHILIPS 3/16X4	UND	10,00	12,87	128,70
70	CHAVE DE FENDA PHILIPS 3/16X6	UND	10,00	11,53	115,30
71	CHUVEIRO BRANCO Nº 07	UND	20,00	18,63	372,60
72	CHUVEIRO CROMADO Nº 04	UND	20,00	25,68	513,60
73	CILINDRO C/CHAVE	UND	30,00	29,53	885,90
74	CIMENTO COLA AC2 20KG	SACO	150,00	18,24	2736,00
75	CIMENTO COLA AC3 20KG	SACO	250,00	26,83	6707,50
76	CINTO ERGONÔMICO LOMBAR	UND	60,00	86,22	5173,20
77	COLA BRANCA 1 KG	UND	50,00	9,33	466,50
78	COLA BRANCA 5 KG	UND	15,00	40,41	606,15
79	COLETE REFLETIVO TIPO BLUSÃO	UND	70,00	46,24	3236,80
80	COLHER DE PEDREIRO Nº 10	UND	10,00	20,07	200,70
81	COLUNA DE AÇO PRONTA 8 MM 5/16 - 6METROS	UND	100,00	85,47	8547,00
82	COLUNA DE AÇO PRONTA 10 MM 3/8 - 6 METROS	UND	100,00	131,80	13180,00
83	COMPRESSOR DE AR 100 LITROS CMV/ CMV 10PL	UND	5,00	6555,00	32775,00
84	CORANTE LIQUIDO 50 ML CORES VARIADAS	UND	50,00	5,00	250,00
85	CORDA TRANCADA PET 06MM	METRO	500,00	2,08	1040,00
86	CORDA TRANCADA PET 10MM	METRO	500,00	25,22	12610,00
87	CORRENTE DE PLASTICO SINALIZAÇÃO	METRO	100,00	10,17	1017,00
88	CORRENTE SOLDADA ZINCADA 3,5MM	METRO	100,00	47,24	4724,00
89	CORRENTE SOLDADA ZINCADA 5MM	METRO	50,00	148,60	7430,00
90	DESEMPENADEIRA AÇO DENTADA 26CM	UND	10,00	38,07	380,70
91	DESEMPENADEIRA PVC 14X24 LISA	UND	10,00	27,45	274,50



92	DISCO CORTE PAREDE	UND	50,00	47,03	2351,50
93	DISCO CORTE MADEIRA	UND	50,00	15,44	772,00
94	DISCO CORTE FERRO	UND	50,00	13,60	680,00
95	DISCO DIAMANTADO CONTINUO	UND	50,00	165,23	8261,50
96	DOBRADIÇA DE CANTO ZINCADA 850X3.1/2	UND	40,00	12,55	502,00
97	DUCHA HIGIENICA SIMPLES	UND	10,00	17,67	176,70
98	ELETROUDO DE 2,5MM	KG	40,00	20,98	839,20
99	ENGATE FLEXIVEL P/PIA 60CM	UND	30,00	5,84	175,20
100	ENGATE FLEXIVEL P/PIA 40CM	UND	30,00	3,90	117,00
101	ENXADA BATIDA 2.0 SEM CABO	UND	10,00	60,13	601,30
102	ENXADA BATIDA 2.5 SEM CABO	UND	30,00	47,12	1413,60
103	ENXADA MOCHA 2.0 SEM CABO	UND	30,00	55,92	1677,60
104	ESCADA PRIMA ALUMINIO 8 DEGRAUS	UND	10,00	320,87	3208,70
105	ESCADA EXTENSIVA DE ALUMINIO 12 X 2 DEGRAUS 3,52 X 6,12 METROS	UND	10,00	931,48	9314,80
106	ESCAPULA L 6 MM	UND	500,00	17,57	8785,00
107	ESCAPULA L 8 MM	UND	500,00	19,75	9875,00
108	ESMERILHADEIRA ANGULAR DE 5" GWS 9-125 S / 900 W 220V	UND	5,00	959,82	4799,10
109	ESPATULA AÇO 08CM CABO MADEIRA	UND	10,00	4,14	41,40
110	ESPATULA AÇO 10CM CABO MADEIRA	UND	10,00	4,14	41,40
111	ESPUMA EXPANSIVA 500 ML	UND	100,00	15,11	1511,00
112	FECHADURA DE SOBREPOR P/ PORTÃO	UND	50,00	44,90	2245,00
113	FECHADURA INTERNA (CHAVE DE CADEADO)	UND	100,00	40,13	4013,00
114	FECHADURA EXTERNA	UND	30,00	41,13	1233,90
115	FERROLHO REDONDO ZINCADO 500X5	UND	50,00	5,05	252,50
116	FITA CREPE 19X50M	UND	50,00	8,51	425,50
117	FITA CREPE 48X50M	UND	50,00	17,50	875,00
118	FITA ZEBRADA PRETA E AMARELA 70MMX200M	UND	50,00	11,03	551,50
119	FLANGE ADAPTADOR SOL. 25MM	UND	30,00	7,67	230,10
120	FLANGE ADAPTADOR SOL. 50MM	UND	30,00	7,27	218,10
121	FURADEIRA E PARAFUSADEIRA 400W 220 V	UND	5,00	542,37	2711,85
122	FURADEIRA DE IMPACTO (MARTELE ROTATIVO) 820 W 220 V	UND	2,00	303,33	606,66
123	GRAMPO GALVANIZADO GROSSO 1X9	KG	40,00	50,81	2032,40



124	JOELHO 45° EM PVC P/ ESGOTO 100MM	UND	50,00	4,67	233,50
125	JOELHO 90° SOLD. 20MM	UND	200,00	0,43	86,00
126	JOELHO 90° SOLD. 25MM	UND	200,00	0,85	170,00
127	JOELHO 90° SOLD. 25MM ROSCA	UND	60,00	0,85	51,00
128	JOELHO 90° SOLD. 25MM ROSCA AZUL	UND	60,00	1,55	93,00
129	JOELHO 90° SOLD. 25X20MM ROSCA AZUL	UND	60,00	1,42	85,20
130	JOELHO 90° SOLD. 32MM	UND	200,00	2,26	452,00
131	JOELHO 90° SOLD. 40MM	UND	50,00	2,02	101,00
132	JOELHO 90° SOLD. 50MM	UND	50,00	2,91	145,50
133	JOELHO 90° SOLD. 60MM	UND	50,00	14,96	748,00
134	JUNÇÃO 45° EM PVC P/ ESGOTO 100X 100MM SIMPLES	UND	50,00	17,76	888,00
135	JUNÇÃO 45° EM PVC P/ ESGOTO 100X 50MM SIMPLES	UND	50,00	9,48	474,00
136	KIT ACESSÓRIOS P/BANHEIRO COMUM	UND	20,00	68,40	1368,00
137	KIT ACESSÓRIOS P/BANHEIRO INOX	UND	20,00	68,40	1368,00
138	KIT REPARO SAIDA COMPLETO P/ CAIXA ACLOPADA	UND	30,00	56,48	1694,40
139	KIT REPARO UNIVERSAL P/ CAIXA ACLOPADA	UND	10,00	142,23	1422,30
140	LÂMINA P/ SERRA MANUAL BI-METAL	UND	50,00	7,78	389,00
141	LAPIS CARPINTEIRO	UND	20,00	1,85	37,00
142	LAVATÓRIO COMUM BRANCO	UND	20,00	130,21	2604,20
143	LINHA DE PEDREIRO LYLON C/100M LISA	UND	20,00	5,76	115,20
144	LINHA TIPO ANGELIM 3X3	METRO	500,00	70,63	35315,00
145	LINHA TIPO ANGELIM 3X4	METRO	500,00	79,97	39985,00
146	LINHA TIPO ANGELIM 3X6	METRO	500,00	144,02	72010,00
147	LIXA DÁGUA 1200	UND	100,00	17,97	1797,00
148	LIXA P/ FERRO	UND	100,00	2,46	246,00
149	LIXA P/ MASSA	UND	200,00	1,72	344,00
150	LONA PLASTICA PRETA 1X8	METRO	340,00	233,75	79475,00
151	LUBRIFICANTE ANTI-FERRUGEM 300ML	UND	40,00	13,13	525,20
152	LUVA DE RASPA CANO CURTO COURO	PAR	100,00	22,33	2233,00
153	LUVA DE RASPA LONGA REFORÇADA	PAR	100,00	25,42	2542,00
154	LUVA LATEX MULTIUSO	PAR	400,00	10,13	4052,00
155	LUVA PVC P/ ESGOTO 100MM	UND	30,00	11,79	353,70
156	LUVA PVC P/ ESGOTO 150MM	UND	30,00	21,27	638,10
157	LUVA SOLD. 25MM	UND	40,00	4,64	185,60



158	LUVA SOLD. 25MM ROSCA	UND	60,00	3,23	193,80
159	LUVA SOLD. 25MM ROSCA AZUL	UND	40,00	1,69	67,60
160	LUVA SOLD. 25X20MM ROSCA AZUL	UND	60,00	2,14	128,40
161	LUVA SOLD. 40MM	UND	60,00	1,97	118,20
162	LUVA SOLD. 50MM	UND	40,00	8,50	340,00
163	LUVA SOLD. 60MM	UND	20,00	7,86	157,20
164	MADERITO 09 MM	UND	50,00	68,63	3431,50
165	MADERITO 14 MM	UND	50,00	126,07	6303,50
166	MADERITO 18 MM	UND	30,00	264,47	7934,10
167	MANGUEIRA CRISTAL 3/4X1.5	METRO	300,00	63,89	19167,00
168	MANILHA DE CONCRETO MODELO PONTA E BOLSA 040 X 100 CM . ESSENCIAL PARA PROJETOS QUE EXIGEM CONTROLE RIGOROSO CONTRA VAZAMENTOS E INFILTRAÇÕES, IDEAL PARA DRENAGENS E CONTENÇÕES, GARANTINDO EFICÁCIA EM SISTEMAS DE ESGOTO E ÁGUAS PLUVIAIS DANDO RESISTÊNCIA	UND	100,00	120,94	12094,00
169	MANILHA DE CONCRETO MODELO PONTA E BOLSA 060 X 100 CM . ESSENCIAL PARA PROJETOS QUE EXIGEM CONTROLE RIGOROSO CONTRA VAZAMENTOS E INFILTRAÇÕES, IDEAL PARA DRENAGENS E CONTENÇÕES, GARANTINDO EFICÁCIA EM SISTEMAS DE ESGOTO E ÁGUAS PLUVIAIS DANDO RESISTÊNCIA	UND	75,00	274,84	20613,00
170	MANILHA DE CONCRETO MODELO PONTA E BOLSA 080 X 100 CM . ESSENCIAL PARA PROJETOS QUE EXIGEM CONTROLE RIGOROSO CONTRA VAZAMENTOS E INFILTRAÇÕES, IDEAL PARA DRENAGENS E CONTENÇÕES, GARANTINDO EFICÁCIA EM SISTEMAS DE ESGOTO E ÁGUAS PLUVIAIS DANDO RESISTÊNCIA	UND	75,00	343,11	25733,25
171	MANILHA DE CONCRETO MODELO PONTA E BOLSA 100 X 100 CM . ESSENCIAL PARA PROJETOS QUE EXIGEM CONTROLE RIGOROSO CONTRA VAZAMENTOS E INFILTRAÇÕES, IDEAL PARA DRENAGENS E CONTENÇÕES, GARANTINDO EFICÁCIA EM SISTEMAS DE ESGOTO E ÁGUAS PLUVIAIS DANDO RESISTÊNCIA	UND	50,00	516,62	25831,00
172	MANGUEIRA DE SUCÇÃO 1"	METRO	50,00	15,12	756,00



173	MANGUEIRA P/BOTIJÃO PRONTA 1,20 MT	UND	30,00	12,90	387,00
174	MANGUEIRA PRETA ¾ (25MM)	METRO	1000,00	1,59	1590,00
175	MANGUEIRA PRETA 1 (32MM)	METRO	1000,00	5,00	5000,00
176	MANTA LIQUIDA P/ IMPERMEABILIZAÇÃO	GALÃO	50,00	335,67	16783,50
177	MARRETA 1 KG C/ CABO	UND	10,00	29,67	296,70
178	MARRETA 2 KG C/ CABO	UND	10,00	45,02	450,20
179	MARTELO CARPINTEIRO POP 25MM C/ CABO	UND	10,00	24,17	241,70
180	MARTELO UNHA ROBBY 20 MM C/ CABO	UND	5,00	33,66	168,30
181	MARTELO UNHA ROBBY 27 MM C/ CABO	UND	5,00	28,18	140,90
182	MASSA CORRIDA ACRILICA	GALÃO	50,00	70,92	3546,00
183	MASSA CORRIDA ACRILICA 15 LT -	BALDE	50,00	70,97	3548,50
184	MASSA CORRIDA COMUM	GALÃO	50,00	89,47	4473,50
185	MASSA CORRIDA COMUM 15 LT	BALDE	50,00	94,30	4715,00
186	MASSA PLASTICA 400G C/CATALIZADOR	UND	30,00	23,71	711,30
187	MASSA PLASTICA 800G C/CATALIZADOR	UND	30,00	34,41	1032,30
188	METALON GALVONIZADO 20 X 20 CHAPA 18 OU 20	BARRA	200,00	46,20	9240,00
189	METALON GALVONIZADO 15 X 15 CHAPA 18 OU 20	BARRA	200,00	93,34	18668,00
190	METALON GALVONIZADO 20 X 30 CHAPA 18 OU 20	BARRA	200,00	57,66	11532,00
191	METALON GALVONIZADO 30 X 30 CHAPA 18 OU 20	BARRA	200,00	77,74	15548,00
192	METALON GALVONIZADO 30 X 40 CHAPA 18 OU 20	BARRA	200,00	82,36	16472,00
193	METALON GALVONIZADO 40 X 40 CHAPA 18 OU 20	BARRA	200,00	74,92	14984,00
194	MOTOSERRA GASOLINA 382 50 CM /20"36RS	UND	2,00	1439,23	2878,46
195	NÍVEL A LAZER 4 LINHAS SIMPLES	UND	5,00	284,73	1423,65
196	OCULOS DE SEGURANÇA FUMÊ	UND	30,00	5,69	170,70
197	OCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR	UND	120,00	4,18	501,60
198	PÁ DE BICO Nº 03	UND	80,00	45,68	3654,40
199	PÁ QUADRADA 464/30	UND	20,00	32,30	646,00
200	PARAFUSO AUTO BROCANTE - REF. 861-2252	UND	1000,00	9,80	9800,00
201	PARAFUSO AUTO BROCANTE - REF. 861-2255	UND	1000,00	1,30	1300,00
202	PARAFUSO AUTO BROCANTE FLANGEADO 4,2 X 19	UND	1000,00	11,46	11460,00



203	PARAFUSO ESTRELA 6 MM	UND	500,00	10,61	5305,00
204	PARAFUSO ESTRELA 8MM	UND	500,00	1,59	795,00
205	PARAFUSO ESTRELA 10 MM	UND	250,00	5,58	1395,00
206	PARAFUSO SEXTAVADO 8 MM	UND	400,00	2,00	800,00
207	PARAFUSO SEXTAVADO 10 MM	UND	300,00	1,95	585,00
208	PARAFUSO SEXTAVADO 12 MM	UND	100,00	5,10	510,00
209	PARAFUSO AUTO BROCANTE PB Nº 6.3 X 3/4	UND	500,00	22,90	11450,00
210	PASTILHAS CERAMICAS COM 9 PEÇAS	METRO	500,00	46,18	23090,00
211	PENEIRA REDONDA Nº 55	UND	15,00	18,99	284,85
212	PERFIL U ENR 3 – 2.0 MM	BARRA	200,00	118,17	23634,00
213	PERFIL U 3 – 2.0 MM	BARRA	200,00	128,92	25784,00
214	PERFIL DE ENCAIXE DE 3 - 2.0 MM	BARRA	200,00	160,60	32120,00
215	PERFIL U ENR 4 – 2.0 MM	BARRA	200,00	179,66	35932,00
216	PIA AÇO INOX 1.40M	UND	5,00	382,19	1910,95
217	PIA AÇO INOX 1.50M	UND	5,00	445,40	2227,00
218	PIA DE MARMORE SINTÉTICO 1.20M	UND	10,00	253,62	2536,20
219	PIA DE MARMORE SINTÉTICO 1.50M	UND	10,00	269,70	2697,00
220	PICARETA ALVIÃO S/ CABO	UND	5,00	72,31	361,55
221	PINCEL (TRINCHA) 1"	UND	100,00	7,31	731,00
222	PLUG ROSCAVEL 32MM	UND	50,00	0,87	43,50
223	PNEU P/ CARRO DE MÃO 3.25X8	UND	10,00	38,84	388,40
224	PNEU RODA NACIÇO CARRO DE MÃO	UND	15,00	44,53	667,95
225	PODADOR CERCA VIVA / GASOLINA K120 HI / 145º / 1.3 CV / 30.8 CILINDRADAS / ALCANCE 3.8 MT	UND	5,00	1626,52	8132,60
226	PONTALETE, MATERIAL MADEIRA 6,0X6,0CM CUMPRIMENTO 3M	METRO	1000,00	64,49	64490,00
227	PONTEIRO Nº 10	UND	10,00	101,62	1016,20
228	PORTA LISA EM MADEIRA 0,80X2,10	UND	50,00	247,00	12350,00
229	PREGO 15X18-1.1/2X13 RIPAR	KG	20,00	17,35	347,00
230	PREGO 18X27-2.1/2X10 CRACHAR	KG	20,00	16,29	325,80
231	PREGO 3.1/2X8 CAIBAR GRANDE	KG	20,00	28,89	577,80
232	PREGO 5X5-22X54 LINHAR	KG	10,00	50,55	505,50
233	PREGO DE AÇO 16X 12	KG	10,00	24,89	248,90
234	PRUMO DE PAREDE Nº 04 750G	UND	5,00	47,80	239,00
235	REDUÇÃO P/ ESGOTO 100X50MM	UND	50,00	6,37	318,50
236	REDUÇÃO P/ ESGOTO 100X75MM	UND	50,00	12,33	616,50
237	REDUÇÃO P/ ESGOTO 150X100MM	UND	50,00	22,18	1109,00
238	REGISTRO DE ESFERA SOLD. 32MM	UND	40,00	13,22	528,80
239	REGISTRO DE ESFERA SOLD. 50MM	UND	30,00	19,71	591,30
240	REGISTRO DE ESFERA DE FERRO ALAVANCA 25MM	UND	30,00	5,54	166,20
241	REGISTRO DE ESFERA DE FERRO ALAVANCA 32MM	UND	30,00	9,51	285,30
242	REGISTRO DE GAVETA C23 3/4	UND	30,00	50,77	1523,10



243	REGISTRO DE PRESSÃO C50 1/2	UND	30,00	25,66	769,80
244	RÉGUA P/PEDREIRO 2M BI-TUBULAR	UND	10,00	46,73	467,30
245	REGULADOR GAS 504/01	UND	20,00	57,32	1146,40
246	REJUNTO 1KG	KG	150,00	8,32	1248,00
247	REVESTIMENTO CERAMICO BRILHANTE TIPO A	METRO	500,00	49,26	24630,00
248	REVESTIMENTO CERAMICO TIPO A	METRO	500,00	45,49	22745,00
249	RIPA MISTA 4X1	METRO	1000,00	48,73	48730,00
250	ROÇADEIRA A GASOLINA FS 220 GASOLINA PROFISSIONAL	UND	5,00	1645,67	8228,35
251	RODA DE SILICONE P/ CARRINHO DE MÃO	UND	10,00	60,14	601,40
252	ROLO DE ESPUMA P/ PINTURA 15CM	UND	50,00	6,24	312,00
253	ROLO DE ESPUMA P/ PINTURA 9CM	UND	50,00	4,59	229,50
254	ROLO DE LÃ CARNEIRO 23CM 1380	UND	70,00	15,99	1119,30
255	ROUDANA DE 2.1/2 POLEGADAS	UND	50,00	81,89	4094,50
256	ROUDANA DE 3 POLEGADAS	UND	50,00	83,13	4156,50
257	SELADOR ACRILICO - 18 LT	LITRO	50,00	70,63	3531,50
258	SELANTE DE VEDAÇÃO ESPECIAL 280 G	UND	10,00	26,65	266,50
259	SEPARADOR P/PISO	UND	50,00	64,77	3238,50
260	SERRA MÁRMORE (MAKITA) 1500 W 220 V	UND	5,00	616,63	3083,15
261	SIFÃO SANFONADO DUPLO	UND	50,00	8,44	422,00
262	SIFÃO SANFONADO SIMPLES	UND	50,00	5,13	256,50
263	SILICONE ACETICO 40G INCOLOR	UND	50,00	49,59	2479,50
264	SOPRADOR TERMICO 2000 W 220V	UND	5,00	355,19	1775,95
265	SUPERCAL EM PÓ 10KG	PACOTE	250,00	16,53	4132,50
266	SUPORTE P/ROLO DE LÃ 23 CM	UND	20,00	18,33	366,60
267	TALHADEIRA EM AÇO Nº10	UND	5,00	79,35	396,75
268	TANQUE DUPLO MARMORE 1,5 M	UND	5,00	356,03	1780,15
269	TARGETA ZINCADA Nº 03	UND	50,00	82,74	4137,00
270	TE P/ ESGOTO 100MM	UND	75,00	13,90	1042,50
271	TE P/ ESGOTO 150MM	UND	50,00	40,83	2041,50
272	TELHA BRASILIT FIBROCIMENTO 1,10X2,44 5MM	UND	50,00	50,20	2510,00
273	TELHA DE PLÁSTICO INCOLOR 2 ONDAS	UND	50,00	98,62	4931,00
274	TELHA DE PVC 2.42 X 0,88 MT	UND	100,00	54,67	5467,00
275	TELHA DE PVC 5,25 X 0,88 MT	UND	100,00	67,60	6760,00
276	TELHA DE PLÁSTICO INCOLOR LEITOSA	UND	50,00	156,23	7811,50
277	TELHA GALVONIZADA TRAPEZOIDAL 6 M X 1 M	UND	150,00	155,33	23299,50
278	THINNER REDUTOR 1101	LITRO	100,00	11,55	1155,00
279	TINTA ESMALTE SINTÉTICO - 3, LT	GALÃO	100,00	88,03	8803,00



280	TINTA ESMAL À BASE D'ÁGUA- 3, LT	GALÃO	100,00	69,85	6985,00
281	TINTA PISO – 15 LT	LITRO	200,00	125,67	25134,00
282	TINTA INTERNA – 15 LT	LITRO	100,00	227,62	22762,00
283	TINTAS INTERNA LAVAVÉL – 15 LT	LITRO	50,00	150,13	7506,50
284	TINTA EXTERNA ACRILICA FOSCO – 15 LT	LITRO	100,00	259,14	25914,00
285	TINTA EXTERNA ACRILICA – 18 LT	LITRO	100,00	216,30	21630,00
286	TINTA EMBORRACHADA IMPERBEAVÉL – 15 -LT	LITRO	30,00	313,09	9392,70
287	TINTA EMBORRACHADA IMPERBEABILIZANTE – 3, -LT	GALÃO	10,00	89,63	896,30
288	TORNEIRA BOIA P/CAIXA D'ÁGUA	UND	10,00	20,10	201,00
289	TORNEIRA JARDIM PLASTICA C/ BICO 1/2	UND	20,00	2,18	43,60
290	TORNEIRA P/LAVATÓRIO	UND	30,00	36,63	1098,90
291	TORNEIRA P/PIA BICA MOVEL C 50 1/2	UND	10,00	51,33	513,30
292	TORNEIRA P/PIA COZINHA C23 INOX	UND	30,00	40,25	1207,50
293	TORNEIRA PLÁSTICA P/ PIA/TANQUE 10CM	UND	30,00	10,08	302,40
294	TORNEIRA PLÁSTICA P/ PIA/TANQUE 15CM	UND	10,00	9,35	93,50
295	TORQUES ARMADOR Nº 12	UND	40,00	34,46	1378,40
296	TRELIÇA LEVE C/6M	UND	100,00	21,56	2156,00
297	TRELIÇA PESADA C/6M	UND	50,00	26,56	1328,00
298	TRILHO BARRA REDONDA DE ½	BARRA	40,00	37,06	1482,40
299	TRENA 8M	UND	10,00	23,10	231,00
300	TRENA 50M	UND	5,00	59,20	296,00
301	TRENA MÉTRICA A LAZER 50 M - 4 LINHAS	UND	5,00	146,41	732,05
302	TUBO P/ ESGOTO 100MM	BARRA	400,00	35,81	14324,00
303	TUBO P/ ESGOTO 150MM	BARRA	100,00	238,83	23883,00
304	TUBO P/ ESGOTO 75MM	BARRA	50,00	51,20	2560,00
305	TUBO P/CAIXA DESCARGA	UND	30,00	12,80	384,00
306	TUBO P/ESGOTO 40MM	BARRA	100,00	26,23	2623,00
307	TUBO P/ESGOTO 50MM	BARRA	100,00	47,71	4771,00
308	TUBO SOLD. 20MM	BARRA	200,00	14,06	2812,00
309	TUBO SOLD. 25MM	BARRA	250,00	15,34	3835,00
310	TUBO SOLD. 32MM	BARRA	250,00	30,88	7720,00
311	TUBO SOLD. 40MM	BARRA	50,00	25,26	1263,00
312	TUBO SOLD. 50MM	BARRA	50,00	53,36	2668,00
313	TUBO SOLD. 60MM	BARRA	50,00	123,58	6179,00
314	TUBO PATENTE GALVONIZADO 2 POLEGADAS 2 MM X 6 M	TUBO	100,00	156,60	15660,00
315	UNIÃO INTERNA P/IRRIGAÇÃO 1"	UND	50,00	37,90	1895,00
316	UNIÃO INTERNA P/IRRIGAÇÃO 3/4	UND	50,00	2,48	124,00



317	VALVULA V2 PLÁSTICA P/ LAVATÓRIO/TANQUE	UND	50,00	6,96	348,00
318	VALVULA V8 PLÁSTICA P/ LAVATÓRIO/TANQUE	UND	50,00	6,96	348,00
319	VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA	UND	30,00	279,67	8390,10
320	VASO SANITÁRIO SIMPLES – BRANCO	UND	15,00	196,67	2950,05
321	VEDA-ROSCA GRANDE 50M	UND	50,00	7,01	350,50
322	VERGALHÃO CA-50 ½	BARRA	100,00	79,24	7924,00
323	VERGALHAO CA-50 ¼	BARRA	100,00	27,01	2701,00
324	VERGALHAO CA-50 5/16	BARRA	200,00	20,74	4148,00
325	VERGALHAO CA-50 3/8	BARRA	200,00	36,60	7320,00
326	VERGALHÃO CA60 4.2MMD12M	BARRA	50,00	11,02	551,00
327	VERGALHÃO CA60 5.0MMD12M	BARRA	60,00	13,06	783,60
328	VERNIZ P/ MADEIRA – 3,6 LT	GALÃO	50,00	86,66	4333,00
329	MEIO FIO/GUIA DE RUA PRE MOLDADO 1,00X0,30X0,15	METRO	1500,00	38,78	58170,00
330	MEIO FIO/GUIA DE RUA PRE MOLDADO 0,80X0,30X0,08	METRO	1500,00	21,66	32490,00
331	CIMENTO CII E 32 SC 50KG	SACO	750,00	37,30	27975,00
332	PISO INTERTRAVADO 10X20X6CM	MILHEIRO	200,00	79,92	15984,00
333	PISO SEXTAVADO DE CONCRETO 25X25X8CM, ACABAMENTO LISO.	MILHEIRO	100,00	95,33	9533,00
334	TELHA CERÂMICA DE 1º QUALIDADE	MILHEIRO	100,00	613,95	61395,00
335	TINTA DE DEMARCAÇÃO VIARIA BRANCA , AMARELA	LATA	100,00	240,66	24066,00
ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA					
336	MEIO FIO/GUIA DE RUA PRE MOLDADO 1,00X0,30X0,15 AMPLA CONCORRÊNCIA	METRO	4500,00	38,78	174510,00
337	MEIO FIO/GUIA DE RUA PRE MOLDADO 0,80X0,30X0,08 AMPLA CONCORRÊNCIA	METRO	4500,00	21,66	97470,00
338	CIMENTO CII E 32 SC 50KG AMPLA CONCORRÊNCIA	SACO	2250,00	37,30	83925,00
339	TUBO P/ ESGOTO 150MM AMPLA CONCORRÊNCIA	BARRA	300,00	238,83	71649,00

VALOR TOTAL: R\$2.441.890,62 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, oitocentos e noventa reais e sessenta e dois centavos).

1.3. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo do pregão.

1.4. O objeto a ser contratado é de natureza comum, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, da Lei nº 14.133/2021.



1.5. O prazo de vigência do contrato é de **12 meses**, com data expressa em contrato, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021, em especial ao art. 107 da mesma lei.

1.6. O prazo para a prestação dos serviços é de **05 (cinco) dias após a solicitação do setor competente**;

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

A contratação de empresas para o fornecimento parcelado de materiais de construção mostra-se indispensável para atender às demandas das diversas Secretarias do Município de Nazareinho-PB. A medida tem por finalidade assegurar a manutenção, conservação e melhoria das estruturas públicas municipais, viabilizar a execução de pequenas obras, reformas e reparos, bem como suprir necessidades emergenciais e programadas que surgem no decorrer da gestão. Além disso, a aquisição parcelada proporciona maior eficiência no planejamento e na execução orçamentária e financeira, permitindo que os materiais sejam fornecidos de acordo com a necessidade efetiva da Administração, evitando desperdícios e otimizando a aplicação dos recursos públicos. A contratação também é essencial para garantir o pleno cumprimento das atribuições institucionais do Município, assegurando a continuidade, a qualidade e a regularidade dos serviços prestados à população, contribuindo para a adequada prestação dos serviços públicos e para a manutenção da infraestrutura municipal em condições satisfatórias de funcionamento e atendimento à coletividade.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão de acordo com o descrito neste edital e Termo de Referência.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo para a prestação dos serviços é de **05 (cinco) dias após a solicitação do setor competente**, salvo em casos de urgência devidamente justificados, em conformidade com este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pelo setor requerente.

4.2. A entrega dos bens será realizada nos endereços citados no requerimento dos pedidos, podendo correr em diferentes órgãos do município, inclusive zona rural, cumprindo a demanda municipal.

4.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, de ocorrências na execução do contrato, quando necessário, e



demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado de acordo com o caso concreto, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



- 6.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
- 6.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;
- 6.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- 6.1.5.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 6.1.7.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 6.1.8.** Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;
- 6.1.9.** Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 6.2.** A Contratada deverá garantir a qualidade dos materiais a serem fornecidos, devendo ser estritamente observado os prazos de validade dos mesmos, devendo ainda, quando solicitado, substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas o produto que porventura não atenda aos requisitos contratados.
- 6.3.** Os custos com transporte da mercadoria solicitada serão por conta da licitante vencedora, independentemente da quantidade solicitada, devendo ser cumprido os prazos para entrega, independentemente da quantidade.
- 6.4.** **O prazo para a prestação dos serviços é de 05 (cinco) dias após a solicitação do setor competente,** podendo ser prorrogado, desde que autorizado pela CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, em local designado pelo setor competente;



6.4.1. As vencedoras, ao assinar os contratos deverão encaminhar as certidões negativas de tributos, requeridas na habilitação, devidamente atualizadas na data do contrato, sob pena de não validar o termo de contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório. Salvo, prévia autorização da contratante nos limites legais da 14.133/21.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, com registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

9.3. O representante da Administração terá registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando informações importantes, como datas, nome dos funcionários eventualmente envolvidos em casos que mereçam averiguação, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. O gestor de contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

9.5. O fiscal de contrato designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

9.6. A designação, dos agentes públicos, deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).



10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será realizado no prazo de 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, sendo esta entrega de responsabilidade da empresa contratada.

10.5. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.8.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.9.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



10.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, caso esse índice seja extinto ou fato semelhante, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Haverá exigência de garantia contratual da execução, pela atual adaptação da lei 14.133/21, estando a lei facultando esse requisito a administração pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.1.1.1 Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

13.1.1.2 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.1.3 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.1.4 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



13.1.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.1.6 Apresentar declaração ou documentação falsa;

13.1.1.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.1.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.1.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

e) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

f) Multa, de 5% sobre o valor total do contrato entre as partes, caso a empresa seja reincidente, a multa passará a ser de 10%;

g) Impedimento de licitar e contratar;

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor deste órgão público, em conta designado ao final do devido procedimento administrativo, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.3.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.3.2. Caso a Contratada não seja encontrada no endereço físico, ou eletrônico fornecido no sistema do PORTAL UTILIZADO, será promovido a comunicação pelo DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA, por local incerto, e a mesma não poderá alegar de não conhecimento do feito.



13.4. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, este órgão público poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.9. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1 O custo estimado da contratação é de: **R\$2.441.890,62 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, oitocentos e noventa reais e sessenta e dois centavos).**

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação prevista no orçamento anual para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Classificação Funcional: Governo: 04 122 2002 2002; **Administração:** 04 122 2003 2004; **Fazenda e Planejamento:** 04 123 2004 2011; **Educação:** 12 361 1003 2015; 12 361 1003 2016; 12 365 1003 2018; 12 361 1003 2022; 12 365 0060 2107; 12 366 0050 2108; 12 367 1006 2119; **Juventude, Esporte e Lazer:** 27 812 0160 2036; **Infraestrutura:** 15 452 1011 2039; 15 452 1011 2040; 17 512 1008 2041; 5 451 1011 2042; 15 451 0130 2044; 15 451 0130 2046; 15 451 0130 2903; **FMS:** 10 301 1002 2025; 10 301 1002 2026; 10 301 1002 2027; 10 301 1002 2033; 10 301 0040 2056; **Desenvolvimento Rural:** 20 606 0002 2072; **Meio Ambiente, Turismo e Cultura:** 23 695 1011 2076; **FMAS:** 08 244 1001 2050; 08 244 1001 2053; 08 244 0030 2090;



Elemento de despesa: 339030 material de consumo.

16. FONTE DO TERMO DE REFERÊNCIA.

16.1 Este Termo de Referência foi realizado conforme solicitação e artefatos da demanda inicial do processo, encaminhado pelos setores competentes.



ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Pregão Eletrônico Nº ____/2026

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/20**, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.

LOCAL: Portal xxxxxxxx

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:				CIDADE:		
CEP:				E-MAIL:		
TELEFONE:				FAX:		
CONTATO DA LICITANTE:				TELEFONE:		
BANCO DA LICITANTE:				CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:		
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA:

DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA/SERVIÇO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, POR QUALQUER MEIO IDONEO, OCORRENDO EM REGRA OS PEDIDOS POR E-MAIL, AO ENDEREÇO ELETRONICO INFORMADO PELA EMPRESA AO PORTAL UTILIZADO NA LICITAÇÃO. TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA



CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/20__

CONTRATO Nº/....

**TERMO DE CONTRATO, QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
NAZAREZINHO E A EMPRESA _____**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZAREZINHO**, Estado da Paraíba, localizada a Rua Antônio Vieira, nº 01, Centro, Nazarezinho – PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.999.708/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito, Marcelo Batista Vale, inscrito no CPF sob o nº 042.877.724-40 e RG nº 2.767.777 SSDS-PB, empresário, casado, residente à Rua José do Carmo Vale, nº 02, Centro, Nazarezinho – PB, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decreto Municipal Nº, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 25/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **Contratação de empresas para aquisição parcelada de material de construção com o objetivo de atender as necessidades de secretarias do Município de Nazarezinho-PB**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 107, e demais correlatos, da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,



trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação prevista no orçamento anual para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Classificação Funcional: Governo: 04 122 2002 2002; **Administração:** 04 122 2003 2004; **Fazenda e Planejamento:** 04 123 2004 2011; **Educação:** 12 361 1003 2015; 12 361 1003 2016; 12 365 1003 2018; 12 361 1003 2022; 12 365 0060 2107; 12 366 0050 2108; 12 367 1006 2119; **Juventude, Esporte e Lazer:** 27 812 0160 2036; **Infraestrutura:** 15 452 1011 2039; 15 452 1011 2040; 17 512 1008 2041; 5 451 1011 2042; 15 451 0130 2044; 15 451 0130 2046; 15 451 0130 2903; **FMS:** 10 301 1002 2025; 10 301 1002 2026; 10 301 1002 2027; 10 301 1002 2033; 10 301 0040 2056; **Desenvolvimento Rural:** 20 606 0002 2072; **Meio Ambiente, Turismo e Cultura:** 23 695 1011 2076; **FMAS:** 08 244 1001 2050; 08 244 1001 2053; 08 244 0030 2090;

Elemento de despesa: 339030 material de consumo.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 30 dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 30 dias úteis.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Será exigida garantia de execução, no valor de 4% (quatro por cento) do valor original do contrato, conforme art. 98 da lei 14.133/2021 e demais artigos desta lei.

8.2. A forma de apresentação da garantia de execução será nas mesmas opções ofertados no item do edital da garantia da proposta.

8.3. Esta garantia será entregue no ato da assinatura do contrato, sob pena de decair o direito de contratação.

9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124, e demais correlatos, da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos



administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Sousa para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., DE DE 20**.

Prefeitura Municipal de Nazareinho
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas:

CPF:

CPF: